



# FUNDO AMAZONIA

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

**PROGRAMA ÁREAS PROTEGIDAS DA AMAZÔNIA - ARPA**

**FUNDO BRASILEIRO PARA BIODIVERSIDADE – FUNBIO  
UNIDADE DE COORDENAÇÃO DO PROGRAMA – UCP/MMA**

Período de Implantação do Projeto: julho de 2010 a abril de 2015

Data: 22/06/2015

## **APRESENTAÇÃO**

O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) do Governo Federal criado no ano de 2002, apesar de ser coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente, apresenta diversos parceiros tanto técnicos quanto financeiros que auxiliam na sua execução, sendo eles o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (FUNBIO), o Global Environment Facility (GEF) do Banco Mundial, o Banco de Desenvolvimento do Governo da Alemanha (KfW), a Rede WWF e o Fundo Amazônia por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES).

A implementação do Programa foi prevista para três momentos: a Fase I, originalmente planejada para ser executada entre abril de 2003 e junho de 2007, que acabou se estendendo até outubro de 2010; a Fase II que abarca o período de novembro de 2010 até os dias atuais; e a Fase III que se iniciou novembro de 2014 concomitantemente ao andamento da Fase II e será a mais longa de todas, com previsão de 25 ano de duração.

A Fase II do Programa, além de contar com o apoio financeiro do GEF e KfW, inaugurou a contribuição do BNDES, de maneira que o presente relatório tem como objetivo apontar, no âmbito do ARPA, os principais avanços alcançados a partir desta contribuição, bem como identificar os gargalos e desafios sinalizados para a próxima Fase do Programa.

Outros relatórios de acompanhamentos já foram escritos especificamente para a Fase II do Programa, para os períodos de 2010 à 2014. Dessa forma, este relatório aglutina as informações dos períodos anteriores e agrega novas informações para o período compreendido entre julho de 2010 e abril de 2015.

**ÍNDICE**

<b>A)</b>	<b>Descrição das Atividades Realizadas.....</b>	<b>3</b>
<b>B)</b>	<b>Custos dos Produtos e Serviços .....</b>	<b>8</b>
<b>C)</b>	<b>Aspectos Institucionais e Administrativos.....</b>	<b>9</b>
<b>D)</b>	<b>Análise dos Indicadores de Resultados e Avaliação dos Impactos Alcançados .....</b>	<b>11</b>
<b>E)</b>	<b>Lições Aprendidas .....</b>	<b>23</b>
<b>F)</b>	<b>Fotos, vídeos, Publicações e outras mídias sobre o projeto .....</b>	<b>25</b>
<b>G)</b>	<b>Síntese da avaliação do projeto .....</b>	<b>26</b>
<b>H)</b>	<b>Avaliação de relacionamento com o BNDES .....</b>	<b>26</b>
	<b>Anexo I.....</b>	<b>0</b>
	<b>Anexo II.....</b>	<b>0</b>

**A) Descrição das Atividades Realizadas**

As atividades previstas pelo Programa são orientadas de acordo com os componentes e subcomponentes descritos no quadro abaixo:

<b>COMPONENTE 1. CRIAÇÃO DE NOVAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</b>
<b>Subcomponente 1.1. Identificação das Áreas Prioritárias para Criação de Unidades de Conservação</b> <b>Projeto 1.1.1. Delimitação das Prioridades de apoio</b> 1.1.1.1. Identificação de objetos de conservação
<b>Subcomponente 1.2. Criação de Unidades de Conservação</b> <b>Projeto 1.2.1. Processos de Criação</b> 1.2.1.1. Diagnóstico da situação fundiária 1.2.1.2. Diagnóstico ambiental 1.2.1.3. Diagnóstico socioeconômico 1.2.1.4. Consultas Públicas
<b>COMPONENTE 2. CONSOLIDAÇÃO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO</b>
<b>Subcomponente 2.1. Consolidação de Unidades de Conservação</b> <b>Projeto 2.1.1. Consolidação grau I</b> 2.1.1.1. Plano de Manejo / Revisão 2.1.1.2. Integração com entorno e participação comunitária 2.1.1.3. Proteção e Manejo 2.1.1.4. Levantamento fundiário e demarcação 2.1.1.5. Operacionalização <b>Projeto 2.1.2. Consolidação grau II</b> 2.1.2.1. Plano de Manejo: Revisão 2.1.2.1. Integração com entorno e participação comunitária 2.1.2.2. Proteção e Manejo 2.1.2.3. Demarcação e regularização fundiária 2.1.2.4. Operacionalização 2.1.2.5. Pesquisa e Monitoramento <b>Subcomponente 2.2. Modelos de Gestão de Áreas Protegidas</b> <b>Subcomponente 2.3. Integração das Comunidades</b> <b>Subcomponente 2.4. Desenvolvimento de Competências para a Gestão de Áreas Protegidas</b>
<b>COMPONENTE 3. SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA</b>
<b>Subcomponente 3.1. Gestão do Fundo de Áreas Protegidas (FAP)</b> <b>Subcomponente 3.2. Geração de receita para as UC</b>
<b>COMPONENTE 4. MONITORAMENTO, COORDENAÇÃO, GERENCIAMENTO E COMUNICAÇÃO DO PROGRAMA</b>
<b>Subcomponente 4.1. Coordenação do Programa</b> <b>Subcomponente 4.2. Gerenciamento Financeiro e logístico</b> <b>Subcomponente 4.3. Divulgação e Comunicação do Programa</b> <b>Subcomponente 4.4. Monitoramento do Programa</b>

O quadro sinóptico abaixo apresenta as atividades e iniciativas previstas e executadas para o período de julho de 2010 a abril de 2015. Uma descrição mais detalhada será apresentada mais adiante (item D) na forma de análise dos indicadores de resultados e avaliação dos impactos alcançados.

**Componente 1. Criação de novas UCs**

<b>Subcomponente 1.1. Identificação das Áreas Prioritárias para Criação de Unidades de Conservação</b>	
<b>Atividades/iniciativas previstas</b>	<b>Atividades/ iniciativas executadas</b>
Atualização do Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira – Bioma Amazônia e a geração de um Mapa de Áreas Prioritárias para a Criação de Unidades de conservação.	Não houve avanços na elaboração do Mapa de Áreas Prioritárias.
<b>Subcomponente 1.2. Criação de Unidades de Conservação</b>	
<b>Atividades/ iniciativas previstas</b>	<b>Atividades/ iniciativas executadas</b>
Criação de 13,5 milhões de hectares de novas unidades de conservação na Amazônia.	Foram criados 1.520.392 hectares de novas Unidades de Conservação e apoiados 19 processos de criação (6,8 milhões de hectares).

**Componente 2. Consolidação e Gestão de Unidades de Conservação**

<b>Subcomponente 2.1. Consolidação e Gestão de Unidades de Conservação</b>	
<b>I) CONSOLIDAÇÃO GRAU I</b>	
<b>Atividades/iniciativas previstas</b>	<b>Atividades/ iniciativas executadas</b>
Consolidar 23 milhões de hectares de unidades de conservação no bioma Amazônia.	13 UCs consolidadas, que correspondem a 5,57 milhões de hectares.
<b>II) CONSOLIDAÇÃO GRAU II</b>	
<b>Atividades/ iniciativas previstas</b>	<b>Atividades/ iniciativas executadas</b>
Consolidar 9 milhões de hectares de Unidades de Conservação no bioma	Durante esse período foram consolidados 2 UCs, que correspondem

Amazônia.	a 428.563,08 milhões de hectares.
<b>Subcomponente 2.2. Modelos de Gestão de Áreas Protegidas</b>	
<b>Atividades/ iniciativas previstas</b>	<b>Atividades/ iniciativas executadas</b>
Implementar 5 modelos de gestão	1 Modelo de gestão integrada para 13 UCs federais na região da BR-163 sendo implementado
<b>Subcomponente 2.3. Integração das Comunidades</b>	
<b>Atividades/ iniciativas previstas</b>	<b>Atividades/ iniciativas executadas</b>
Apoiar até 30 UC, com um plano de ação por UC.	Apoio à implementação de 23 Planos de Ação, sendo 18 planos de ação sustentáveis (PAS) e 5 planos de ação dos povos indígenas (PPI)
<b>Subcomponente 2.4. Desenvolvimento de Competências para a Gestão de Áreas Protegidas</b>	
<b>Atividades/ iniciativas previstas</b>	<b>Atividades/ iniciativas executadas</b>
Implementar Plano Estratégico de Capacitação.	Plano estratégico de Capacitação sendo implementado. As atividades de capacitação (técnicas, gerenciais e procedimentais) vem sendo realizadas de acordo com a previsão e estão sendo desenvolvidas em conjunto com o ICMBio.
<b>Componente 3. Sustentabilidade Financeira (Coordenado pelo FUNBIO)</b>	
<b>Subcomponente 3.1. Gestão do Fundo de Áreas Protegidas (FAP)</b>	
<b>Atividades/iniciativas previstas</b>	<b>Atividades/ iniciativas executadas</b>
Operacionalizar o FAP, iniciando o apoio à manutenção das UCs consolidadas em grau II. Captar US\$ 70 milhões durante a segunda fase do ARPA	Recursos do FAP, US\$65 milhões transferidos para o Fundo de Transição.
<b>Subcomponente 3.2. Geração de receita para as UC</b>	
<b>Atividades/ iniciativas previstas</b>	<b>Atividades/ iniciativas executadas</b>
Apoiar 6 estudos estratégicos, 6 planos de sustentabilidade financeira para as	Apoio a elaboração de estudos voltados ao desenvolvimento de novos

UCs e 3 subprojetos piloto de geração de receita.	mecanismos financeiros junto aos estados do Pará, Rondônia, Amapá e Amazonas. Lançado Fundo Amapá.
---	--

**Componente 4. Monitoramento, Coordenação, Gerenciamento e Comunicação do Programa**

<b>Subcomponente 4.1. Coordenação do Programa</b>	
<b>Atividades/iniciativas previstas</b>	<b>Atividades/ iniciativas executadas</b>
Manter atualizada a Estratégia de Conservação e Investimento (ECI);	ECI atualizada para modelos que estimam os custos e a demanda financeira do programa no longo prazo.
Manter o Sistema de Gerenciamento do ARPA (SisARPA) atualizado, estável e com bom desempenho;	O SISARPA mantém-se operacional, tendo como evolução nesta segunda fase o desenvolvimento de um sistema <i>off-line</i> , de modo a facilitar o preenchimento em condições de dificuldade de acesso à internet.
Manter as instâncias do ARPA fortalecidas e atuantes, realizando anualmente 02 reuniões do CP e do FT.	Apesar de curtos períodos com dificuldades para manutenção da regularidade nos encontros de algumas instâncias, os colegiados estão atuantes e contribuindo para o aprimoramento do Programa.
<b>Subcomponente 4.2. Gerenciamento Financeiro e logístico</b>	
<b>Atividades/ iniciativas previstas</b>	<b>Atividades/ iniciativas executadas</b>

<p>Garantir a gestão financeira eficiente dos recursos colocados à disposição do Programa ARPA.</p>	<p>Adotadas estratégias para superar desafios operacionais e elevar a execução financeira, tais como: redução dos fluxos de aprovação de POAs e solicitações no sistema Cérebro II; reestruturação da estratégia de lotes; utilização de especificações padrão; tutoriais, vídeos e plataforma de educação à distância; e implementação de contratos regionais (combustível, alimentação, e aluguel de embarcações).</p>
<p><b>Subcomponente 4.3. Divulgação e Comunicação do Programa</b></p>	
<p><b>Atividades/ iniciativas previstas</b></p>	<p><b>Atividades/ iniciativas executadas</b></p>
<p>Implementar Plano Estratégico de Comunicação</p>	<p>Plano Estratégico de Comunicação em implementação. Foram executadas as seguintes ações: Atualização do sítio eletrônico em 3 línguas; Atualização na rede social; Envio periódico de informes; Distribuição de camisas e kit de brindes do ARPA; Divulgação do Programa em TV, eventos e produção de vídeo.</p>
<p><b>Subcomponente 4.4 – Monitoramento do Programa</b></p>	
<p><b>Atividades/ iniciativas previstas</b></p>	<p><b>Atividades/ iniciativas executadas</b></p>
<p>Avaliar a efetividade da gestão das Unidades de Conservação e o avanço das metas de consolidação decorrente dos recursos aportados pelo Programa</p>	<p>Avaliação regular da efetividade de gestão das Unidades de Conservação, por meio da Ferramenta de Avaliação de Unidade de Conservação (FAUC).</p>



Avaliar a efetividade dos esforços empreendidos pelo programa em relação aos objetivos propostos de assegurar a conservação de uma amostra representativa da biodiversidade da região e contribuir para o seu desenvolvimento sustentável.	Seleção de 25 UCs para a aplicação dos protocolos de monitoramento elaborados no âmbito do projeto “Monitoramento da Biodiversidade com relevância para o clima em nível de unidades de conservação, considerando medidas de adaptação e mitigação”
--	---

## B) Custos dos Produtos e Serviços

As tabelas a seguir apresentam os recursos executados no período de 2010 a 2015, referente ao Fundo Amazônia - BNDES, por subcomponente do Programa e por categoria de despesa, bem como por Processo de Criação. O Anexo I apresenta o detalhamento da execução por Unidade de Conservação.

**Tabela 1.** Recursos executados entre julho de 2010 e abril de 2015, por subcomponente, referente ao Fundo Amazônia/BNDES.

Subcomponente	0001 Bens	0003 Consultoria	0004 Serviços Especiais	0005 Outros Custos Recorrentes	0006 Obras	0007 Subprojs de Uso Sustentável	0045 Passagens	0046 Diárias	0047 Combustível	Total Geral
1.2	-	69.168,00	16.543,68	1.619,60	-	-	1.163,21	-	5.182,62	93.677,11
*2.1	3.840.593,95	386.504,16	4.249.888,31	2.711.765,84	4.809,22	-	643.645,57	80.745,00	3.414.307,98	15.332.260,03
2.2	-	-	-	-	-	-	14.706,40	-	-	14.706,40
2.3	9.890,30	32.719,55	58.798,49	44.075,34	-	253.700,99	11.509,42	2.975,00	74.278,97	487.948,06
2.4	-	-	15.450,92	717,36	-	-	200.382,88	-	-	216.551,16
3.1	-	-	333,27	20,10	-	-	14.818,33	3.193,03	-	18.364,73
3.2	-	-	11.622,48	356.000,82	-	-	9.246,44	325,47	-	377.195,21
4.1	5.239,80	32.146,47	104.908,20	5.234,94	-	-	527.572,93	6.975,00	1.500,00	683.577,34
4.2	-	-	8.561,91	3.094.126,40	-	-	87.741,26	25.605,14	-	3.216.034,71
<b>TOTAL</b>	<b>3.855.724,05</b>	<b>520.538,18</b>	<b>4.466.107,26</b>	<b>6.213.560,40</b>	<b>4.809,22</b>	<b>253.700,99</b>	<b>1.510.786,44</b>	<b>119.818,64</b>	<b>3.495.269,57</b>	<b>20.440.314,75</b>

\* Conforme carta 478/2014 de 01/09/2014, o valor das despesas realizadas ao PE Cantão no valor de R\$50.941,09 serão consideradas como contrapartida do Funbio.

**Tabela 2.** Recursos executados entre julho de 2010 e abril de 2015, por processo de criação.

Processo de Criação	Consultas públicas	Diagnóstico ambiental	Diagnóstico socioeconômico	Total Geral
Cuieiras	8.501,68	-	-	8.501,68
Resex Riozinho do Rôla	1.163,21	-	-	1.163,21

Rio Manicoré	-	21.348,00	-	21.348,00
Zona Costeira/ Mar Territorial	-	59.070,00	3.594,22	62.664,22
<b>Total Geral</b>	<b>9.664,89</b>	<b>80.418,00</b>	<b>3.594,22</b>	<b>93.677,11</b>

### C) Aspectos Institucionais e Administrativos

Durante a Fase II, o programa estabeleceu importantes parcerias técnicas e financeiras entre o governo do Brasil e o Governo da Alemanha (através do KfW e da GiZ), o Banco Mundial (no âmbito do Fundo Mundial para o Meio Ambiente – GEF), o WWF-Brasil, o Fundo Amazônia (gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES), o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) e os governos estaduais da Amazônia: Amapá, Amazonas, Acre, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Tocantins. A sociedade civil organizada também integra o arranjo institucional do Programa, por meio da participação em instâncias específicas para o seu monitoramento, controle e gestão.

Nesse sentido, o relacionamento interinstitucional estruturado pelo arranjo do Programa Arpa vem possibilitando que atores diferentes, com posições e interesses diversos em relação às alternativas possíveis para o alcance dos objetivos do Programa ARPA interajam de forma equilibrada.

Ademais, ao longo dessa Fase II, houve maior apropriação do Programa ARPA pela administração pública federal no que tange ao aumento da percepção por parte no Ministério do Meio Ambiente sobre sua importância e principalmente pelo aumento do protagonismo dos atores públicos sobre as decisões e escolhas estratégicas para o Programa.

Em relação a gestão dos recursos financeiros destaca-se a utilização de contas vinculadas, criadas para facilitar o acesso aos recursos do Arpa pelos gestores das UCs, que, inclusive, inspirou iniciativas como o cartão combustível, adotado pelo ICMBio (órgão gestor das unidades de conservação federais).

Além disso, foi feita uma iniciativa de identificação das demandas mais usuais e amplas necessárias para as UC e essas demandas de contratação foram agrupadas em contratos regionais para ganho de escala, redução de custos e tempo de contratação por parte do FUNBIO. Dentre os contratos identificados estão os de alimentação, sobrevoo e combustível, como citado acima.

Outros pontos positivos incluem a capacitação dos gestores de UCs; o avanço nas metodologias para definição de prioridades; o monitoramento da biodiversidade; a integração da gestão por meio de sistemas; a participação social no programa, com a aproximação do SNUC à sociedade e apoio à renda das comunidades locais. Por outro lado, ainda há a necessidade de uma maior integração dos instrumentos adotados pelo programa e destes com os utilizados pelos órgãos gestores, além de melhorias na articulação entre os parceiros.

Durante a fase II, as dificuldades enfrentadas na capitalização do Fundo de Áreas Protegidas (FAP) e no alcance da meta de criação inspiraram a discussão de uma nova estratégia financeira (Fundo de Transição) a ser implementada a partir da fase III do Arpa.

A manutenção da estabilidade no crescimento brasileiro na última década elevou o país ao grupo das dez maiores economias do mundo e, conseqüentemente, o Brasil passou a não ser mais considerado apto a receber recursos de doação a fundo perdido, com os doadores propensos a oferecer empréstimos. Ficou evidente, portanto, que somente o financiamento público poderia garantir os avanços realizados pelo Arpa, e esse fundo permitiria ao setor público assumir, de forma planejada, organizada e no longo prazo, o compromisso de manutenção das UCs apoiadas pelo Arpa.

De fato, ao longo dos anos, o Arpa deixou de lado a lógica de projeto e foi assumindo a lógica de programa, refletida nos compromissos assumidos na sua terceira fase, por meio do reforço dos instrumentos de planejamento, monitoramento e cobrança de resultados. Sendo assim, conforme Portaria MMA nº187 de 22 de maio de 2014, o MMA, os Parceiros do Programa Arpa e demais membros do Comitê de Gestão do Programa deverão estabelecer mecanismos financeiros e planejar o aporte gradual de recursos para atender às necessidades de implementação das UCs.

Nesse sentido, os desafios a superar são vários, entre eles: (1) a necessidade de aumentar o índice de execução de recursos e manter o desempenho do programa; (2) aumentar as equipes da UCP e dos órgãos gestores; (3) o aprimoramento do planejamento, com organização, disponibilização de especificações padronizadas de equipamentos e modelos de termo de referência; a indicação de fornecedores mais próximos às UCs; a integração do sistema Cérebro com o sistema RM (ferramenta de gestão corporativa utilizada pelo Funbio abrangendo contabilidade, pagamentos, compras e contratações); a inovação na execução de recursos via contratos (combustível, manutenção, provimento de serviços) e atividades de capacitação (plano de capacitação em desenvolvimento).

Por fim, há que se destacar ainda as dificuldades inerentes ao desenvolvimento de um programa na Amazônia Brasileira, com custos, distâncias e dificuldades de

realização de atividades maiores do que se realizadas em locais com acesso e infraestrutura.

#### **D) Análise dos Indicadores de Resultados e Avaliação dos Impactos Alcançados**

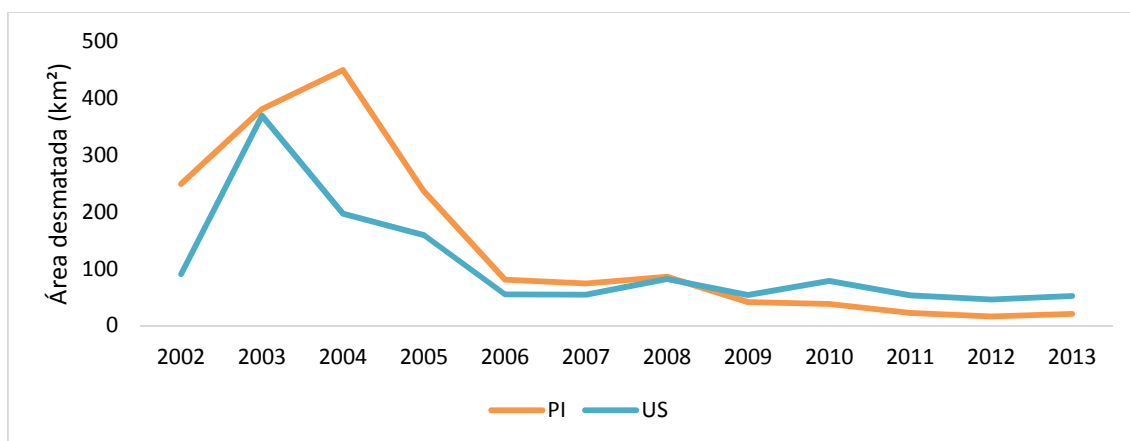
##### **Indicador 1.Desmatamento anual nas Unidades de Conservação apoiadas pelo projeto**

Ao longo dos anos se verifica uma redução significativa na área desmatada nas Unidades de Conservação apoiadas pelo Arpa (Figura 1). Além da redução acentuada entre os anos de 2005 e 2006 é possível observar a manutenção da área desmatada no mesmo patamar para os anos subsequentes.

Nesse sentido, além de exercerem papel fundamental na conservação da biodiversidade, na manutenção dos valores culturais e sociais, na manutenção dos regimes fluviais e estabilização dos climas regional e continental, as Unidades de Conservação, especialmente aquelas apoiadas pelo Arpa, exercem efeitos significativos na redução do desmatamento.

São diversos os fatores que proporcionaram a redução da área desmatada. Um Programa da magnitude do Arpa contribui para esse cenário. Essa efetividade foi confirmada pelo TCU ao avaliar e quantificar os alertas de desmatamento ocorridos no bioma Amazônia entre 2008 e 2012, individualizando-os por área de ocorrência dentro ou fora de unidades de conservação. Assim, as informações geradas pela análise permitem afirmar que, do total de área desmatada naquela região, 94% ocorreram fora de unidades de conservação. Desse modo, conclui-se que a ocorrência de desflorestamento em áreas não protegidas é, pelo menos, 4,3 vezes maior do que em unidades de conservação.

Os dados sobre desmatamento foram retirados do site do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e são referentes ao período de 2002, ano de criação do Programa, à 2013 pois, para os anos de 2014 e 2015 os dados ainda não foram disponibilizados.



UCs	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
PI*	249,14	381,28	449,56	236,2	81,26	74,5	85,95	41,86	38,16	22,86	16,614	20,96
US**	90,6	369,02	197,06	159,16	55,18	54,6	82,38	54,25	78,81	53,69	46,329	52,64
Total	339,74	750,3	646,62	395,36	136,44	129,1	168,33	96,11	116,97	76,55	62,943	73,6

\*Unidades de Conservação de Proteção Integral

\*\*Unidades de Conservação de Uso Sustentável

**Figura 1.** Área desmatada (km<sup>2</sup>) nas 95 UCs apoiadas pelo Arpa para o período 2002-2013\*

**Indicador 2. Área de UCs criadas com o apoio do ARPA (componente 1, subcomponente 1.2)**

Meta global: Criação de 13,5 milhões de hectares de novas unidades de conservação na Amazônia

Os itens para a avaliação deste subcomponente consistem no apoio aos seguintes Marcos Referenciais: Consulta Pública, Diagnóstico da situação fundiária, Diagnóstico ambiental, Diagnóstico socioeconômico e Instrumento legal de criação.

Ao longo dessa fase II foram criados 1.520.392 hectares em Unidades de Conservação, correspondente a (i) Parque Nacional Nascentes do Lago Jari, que foi

criado em 2008, mas é contabilizado para as metas da Fase II (ii) Estação Ecológica Alto Maués (668.170 ha); (iii) Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga-Conquista, criada a partir do Parque Estadual Rio Negro Setor Sul (saldo positivo de 6.376 ha); (iv) ampliação da Reserva Extrativista Média Juruá em (33.705 ha).

Ademais, foram apoiados 19 Processos de Criação, que correspondem a 6,8 milhões de hectares. No entanto, contato recente com os órgãos responsáveis indicou que destes, 01 processo concluiu os estudos ao final de 2014, e aguarda publicação (126.302 ha), 09 processos devem ter continuidade (1.981.076 ha). Outros 09 processos, não identificaram contexto favorável a continuidade dos processos. Entre os Processos de Criação com indicação de viabilidade de criação 3 concluíram o Diagnóstico ambiental.

Além dos processos descritos, o ARPA aproveitou a oportunidade criada pela transferência de áreas oriundas do Programa Terra Legal, por meio da parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, para a criação de novas unidades de conservação. Em decorrência dessa parceria, estão em fase de consulta pública mais de 2,5 milhões de hectares, que serão somados ao Programa. Importante destacar que as áreas foram transferidas com a questão fundiária regularizada, fator que deve inclusive acelerar o processo de consolidação dessas UCs.

A meta do Programa para este subcomponente não foi totalmente atingida. No entanto, com as áreas acima mencionadas, alcança-se cerca de 45% da meta.

**Indicador 3 . Área de UCs consolidadas no grau I no âmbito do Programa ARPA (componente 2, subcomponente 2.1)**

Meta Global: Consolidar 23 milhões de hectares de unidades de conservação do bioma Amazônia.

Os indicadores para a avaliação deste subcomponente consistem nos seguintes Marcos Referenciais: Plano de manejo, Conselho Formado, Conselho em Funcionamento, Implementação do Plano Básico de Proteção, Sinalização Básica, Equipamentos Mínimos, Equipe Técnica com no mínimo 2 funcionários.

No total, são apoiadas 58 Unidades de Conservação em grau I de consolidação sendo que 5 delas correspondem ao Mosaico do Apuí, além do Parque Estadual Rio Negro Setor Sul que desde de 2014 faz gestão integrada com a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Puranga Conquista. Desta maneira, para fins de FAUC e

planejamento são contabilizadas 53 UCs, que equivalem a uma área de 25.596.646 ha.

Durante essa Fase II foram consolidadas 13<sup>1</sup> Unidades de Conservação, que correspondem a 5,57 milhões de hectares, conforme

Tabela 3. Cabe destacar que o Parque Nacional Serra da Cutia, a Reserva Extrativista Barreiro das Antas e a Reserva Extrativista Rio Jutai ainda apresentam equipe mínima inferior à meta de 2 funcionários para grau I, apesar do alcance na meta para todos os demais Marcos Referenciais.

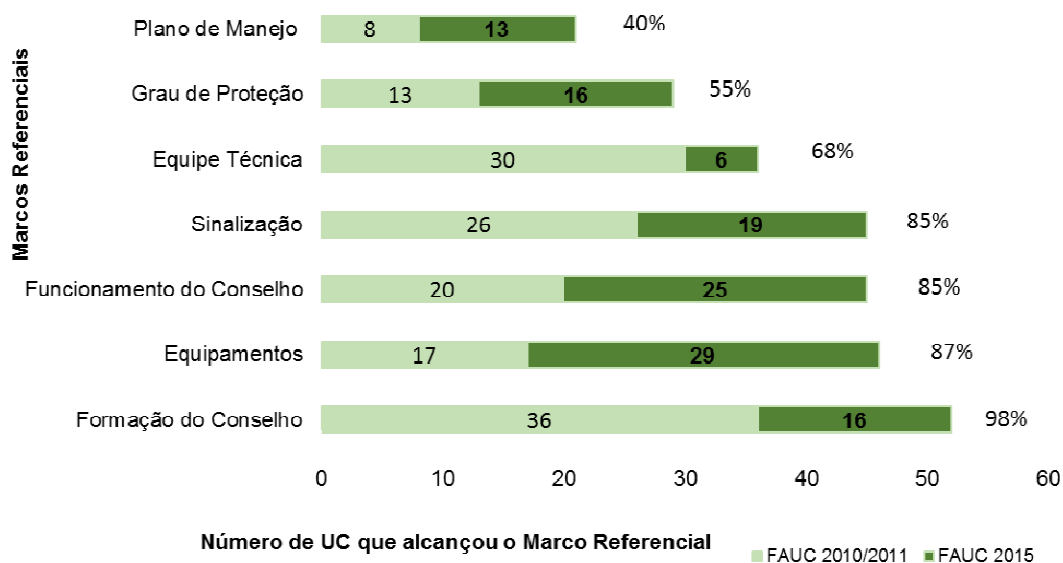
**Tabela 3.** Unidades de Conservação consolidadas em grau I

Nº	Órgão Gestor	Unidade de Conservação	Área (ha)
1	ICMBio	PN Serra da Cutia	283.612
2	ICMBio	RESEX Barreiro das Antas	107.234
3	ICMBio	RESEX Rio Jutai	275.533
4	ICMBio	PN Juruena	1.957.000
5	ICMBio	RESEX Rio Unini	833.352
6	ICMBio	RESEX Arapixi	133.637
7	AM	RDS Rio Amapá	214.133
8	AM	Mosaico do Apui <sup>2</sup>	1.368.970
9	AM	RDS Igapó-Açu	397.557
		<b>Total</b>	<b>5.571.028</b>

A Figura 2 apresenta a evolução das Unidades de Conservação apoiadas em grau I no alcance da meta para cada Marco Referencial, sendo assim, é possível observar que ao longo da fase II houve significativo avanço para todos os Marcos Referenciais, demonstrando, inclusive, continuidade aos processos iniciados na Fase I (2003 – 2010). Merece destaque formação do conselho, equipamentos, funcionamento do conselho e sinalização, para os quais pelo menos 85% das UCs apoiadas tiveram a meta alcançada.

<sup>1</sup> Considerando as 5 UCs que compõem o Mosaico do Apui

<sup>2</sup> Representa 5 UCs



**Figura 2.** Número de Unidades de Conservação que alcançaram os Marcos Referenciais do Programa para consolidação em grau I em 2010/2011<sup>3</sup> e 2015.

Outras 22 Unidades de Conservação encontram-se em estágio avançado de consolidação, sendo que 19 dependem apenas do Plano de Manejo e/ou Proteção (Tabela 4), corroborando com o baixo percentual de UCs que conseguiram alcançar a meta para estes indicadores, respectivamente 40% e 55%.

**Tabela 4.** Unidades de Conservação em estágio avançado de consolidação em grau I

Nº	Órgão Gestor	Unidade de Conservação	Área (ha)	Marco referencial não alcançado
1	ICMBio	ESEC de Maracá Jipioca	72.000	Plano de Manejo
2	ICMBio	ESEC de Niquiá	283.600	Plano de Manejo
3	ICMBio	PN Serra Da Mocidade	350.960	Plano de Manejo
4	ICMBio	RESEX Maracanã	30.019	Plano de Manejo
5	ICMBio	RESEX do Rio Cautário – ICMBio	73.817	Plano de Manejo
6	ICMBio	RESEX Alto tarauaca	151.200	Plano de Manejo
7	RO	Estação Ecológica Serra dos Três Irmãos	117.928	Plano de Manejo
8	RO	RESEX estadual Rio Cautário	146.400	Plano de Manejo
9	RO	RESEX Rio Preto-Jacundá	95.300	Plano de Manejo
10	ICMBio	PN Nascentes Do Lago Jari	812.141	Plano de Manejo
11	AM	RDS Uatumã	424.430	Proteção
12	AM	RESEX Rio Gregório	477.042	Proteção
13	AM	RDS do Juma	589.611	Proteção
14	AM	RESEX Canutama	197.986	Proteção

<sup>3</sup> Para aquelas Unidades que entraram no Programa a partir de 2010 a análise foi realizada tomando como base o resultado da FAUC de 2011.



15	AM	RDS do Rio Madeira	283.117	Proteção
16	ICMBio	RDS Itatupã	64.735	Plano de Manejo e Equipe técnica
17	ICMBio	RESEX Mapua	94.464	Plano de Manejo e Equipe técnica
18	ICMBio	RESEX de Cururupu	185.047	Plano de Manejo e Equipe técnica
19	MT	PE Xingu	95.024	Plano de Manejo e Equipe técnica
20	ICMBio	PN Serra do Divisor	842.736	Funcionamento do Conselho
21	PA	PE Serra Dos Martírios/Andorinhas	24.897	Funcionamento do Conselho
22	ICMBio	RESEX Médio Juruá	286.932	Equipamentos
<b>Total</b>			<b>5.699.386</b>	

O alcance da meta para este subcomponente ainda encontra-se abaixo do esperado, correspondendo a apenas 24,2% do montante almejado. Entretanto, vale destacar, que a consolidação é um processo e o resultado é contabilizado apenas quando a UC alcança a meta em todos os Marcos Referenciais.

**Indicador 4. Área de UCs consolidadas no grau 2 no âmbito do Programa ARPA (componente 2, subcomponente 2.1)**

Meta Global: Consolidar 9 milhões de hectares de unidades de conservação no bioma Amazônia.

Os indicadores para a avaliação deste subcomponente consistem nos seguintes Marcos Referenciais: plano de manejo (elaboração e revisão), formação e funcionamento do conselho, termos de compromisso para unidades de proteção integral ou concessão de direito real de uso para unidades de uso sustentável, sinalização, demarcação, situação fundiária, pesquisa (inventário dos recursos naturais), monitoramento da biodiversidade, proteção, e equipe técnica com no mínimo 5 funcionários.

O Programa Arpa apoia 38 Unidades de Conservação em grau II de consolidação, que correspondem a 26.654.003 hectares. Destacam-se o Parque

Estadual do Cantão e a Reserva Biológica do Jaru, ambas consideradas consolidadas e em execução na fase III do Arpa, a partir do Plano Operativo 2014/2015.

**Tabela 5.** Unidades de Conservação consolidadas em grau II

Nº	Órgão Gestor	Unidade de Conservação	Área (ha)
1	TO	PE DO CANTÃO	100.413,08
2	ICMBio	REBIO DO JARU	328.150,00
		<b>Total</b>	<b>428.563,08</b>

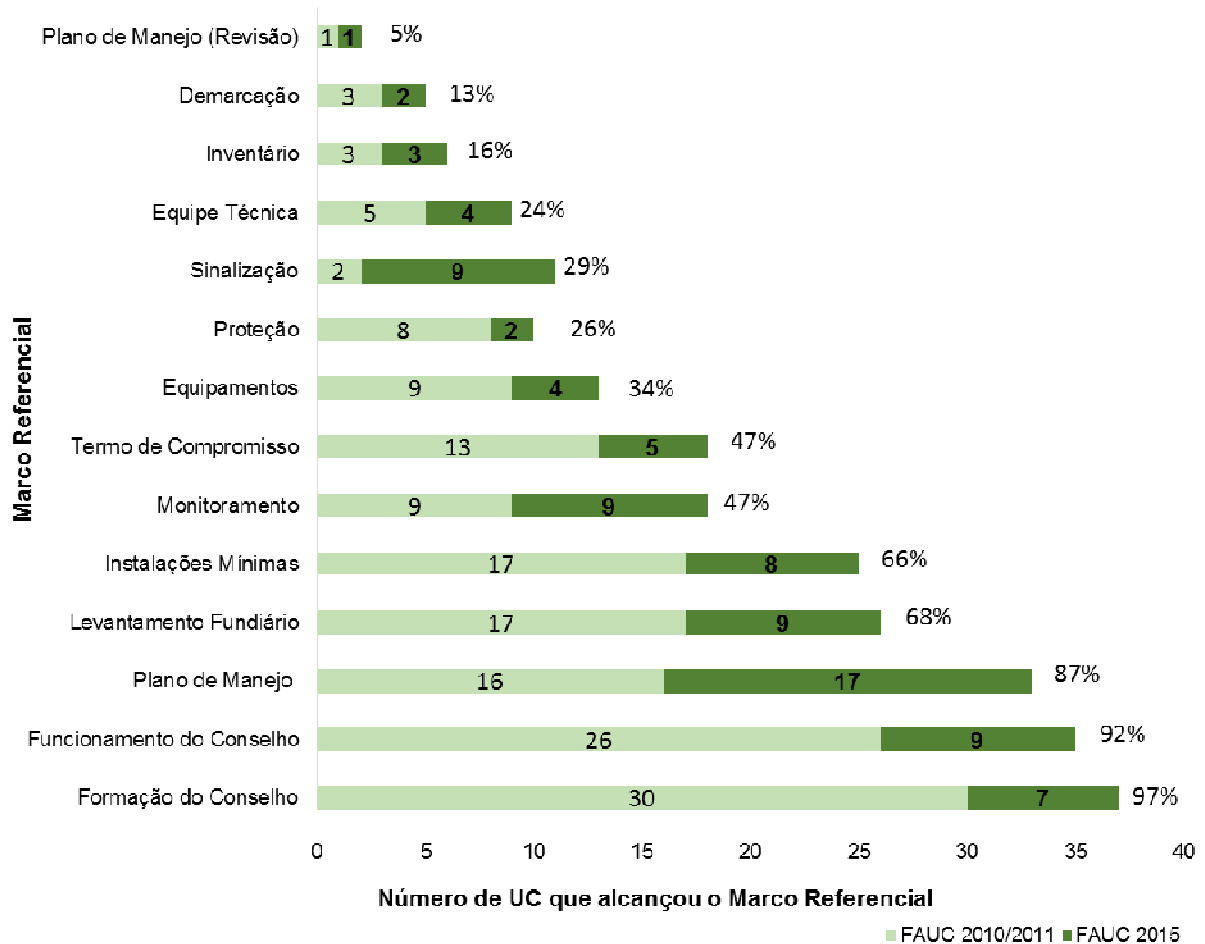
Ademais outras 5 Unidades de conservação encontram-se em estágio avançado de consolidação, conforme tabela abaixo.

**Tabela 6.** Unidades de Conservação em estágio avançado de consolidação em grau II

Nº	Órgão Gestor	Unidade de Conservação	Área (ha)	Marco referencial não alcançado
1	ICMBio	PN VIRUÁ	227.011,00	Demarcação
2	ICMBio	PN DE ANAVILHANAS	350.018,00	Equipe Técnica, Proteção e Sinalização
3	ICMBio	REBIO DO RIO TROMBETAS	385.000,00	Inventário, Demarcação, Sinalização, Termo de compromisso
4	MT	PE IGARAPÉS DO JURUENA	223.888,00	Equipe Técnica, Equipamentos, Instalações e Inventário
5	AM	RESEX CATUÁ-IPIXUNA	215.415,67	Equipe técnica, Pesquisa, Proteção e Levantamento fundiário
		<b>Total</b>	<b>1.401.332,67</b>	

Em relação aos marcos referenciais, destacam-se plano de manejo, formação do conselho e funcionamento do conselho, com alcance da meta por, pelos menos, 87% das Unidades de Conservação (Figura 3). Por outro lado, demarcação, inventário e equipe técnica, são os marcos referenciais em que o menor número de UCs alcançaram a meta.

Apesar de apenas 5% das Unidades de Conservação terem alcançado a meta para o marco referencial revisão do plano de manejo é importante ressaltar que 5 UCs (13,1%) não possuem plano de manejo. Entre as UCs que possuem plano de manejo, 17 (44,7%) foi publicado a partir de 2010, sendo considerados recentes e não demandando sua revisão (Anexo II).



**Figura 3.** Número de Unidades de Conservação que alcançaram os Marcos Referenciais do Programa para consolidação em grau II em 2010/2011 e 2013.<sup>4</sup>

Por fim, cabe ressaltar que apesar da meta de consolidação em grau II não ter sido alcançada, foram verificados avanços significativos, em relação ao número de UCs que alcançaram a meta para cada marco referencial, conforme apresentado na tabela acima. Destaca-se o marco referencial plano de manejo em que o número de UCs duplicou durante o período de 2010 a 2015.

**Indicador 5. Mapa de Áreas Prioritárias para Conservação (componente 1, subcomponente 1.1)**

<sup>4</sup> Para aquelas Unidades que entraram no Programa a partir de 2011 a análise foi realizada tomando como base o resultado da FAUC para os anos de 2011 e 2013.

Meta Global: Atualização do Mapa de Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição dos Benefícios da Biodiversidade Brasileira – Bioma Amazônia e a geração de um Mapa de Áreas Prioritárias para a Criação de Unidades de conservação.

Em função de diretrizes institucionais, a atualização do referido mapa ficou sob responsabilidade do Departamento de Conservação da Biodiversidade do MMA (DCBio), conjuntamente com os mapas de outros biomas, os quais foram cronologicamente priorizados frente ao da Amazônia. No entanto, a falta de atualização do mapa não comprometeu a criação e o apoio do programa aos Processos de Criação de novas UCs.

#### **6. Estudo de planejamento sistemático para conservação (componente 1, subcomponente 1.1)**

Meta Global: Realização de dois estudos de planejamento sistemático para a conservação (PSC), sendo um no início e outro no final da Fase II.

O desenvolvimento dos estudos de planejamento sistemático tem como objetivo subsidiar a identificação de áreas prioritárias para a criação de Unidades de Conservação no bioma Amazônia, no âmbito do subcomponente 1.1.

Até o momento não foi realizado nenhum estudo de planejamento sistemático para conservação. No entanto, o Programa Arpa identificou oportunidade na parceria entre o Ministério do Meio Ambiente (MMA) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) na definição de maneira simplificada e célere a destinação de terras, no âmbito do Projeto Terra Legal.

O apoio do Programa Arpa foi fundamental neste processo, incluindo a contratação de consultorias, que permitiu o andamento da Câmara Técnica de Destinação e Regularização de Terras Públicas Federais na Amazônia Legal, com resultados exitosos para o conhecimento sobre a terra, destinação de áreas para conservação e identificação das áreas prioritárias para criação de UC.

**Indicador 7. Número de UCs com instrumentos de planejamento elaborados**

O Programa Arpa possui ciclo de Planejamento de modo a destinar recursos bianualmente às UCs. O Processo tem início com o preenchimento da Ferramenta de Avaliação de Unidade de Conservação (FAUC), que permite a avaliação da efetividade de gestão e monitoramento da consolidação da UCs. Posteriormente, é iniciado o Planejamento Estratégico Plurianual (PEP), no qual cada UC planeja o avanço para o alcance dos Marcos Referenciais, com projeção para 2 (dois) anos, a partir das questões da FAUC. Por fim, cada UC elabora um Plano de Trabalho e um Plano de Insumos, nos quais são definidas atividades, tarefas e insumos para o cumprimento das metas planejadas, a partir dos recursos aprovados e disponibilizados.

Nesse sentido, todas as 95 Unidades de Conservação apoiadas elaboraram, bianualmente, o seu planejamento. A execução dos recursos é iniciada após a conclusão do processo de planejamento, e da aprovação por parte do Órgão gestor e da Unidade de Coordenação do Programa (UCP).

**Indicador 8. Número de conjuntos de UCs com instrumentos de planejamento elaborados de forma integrada (componente 2, subcomponente 2.2)**

Meta Global: Implementar 5 modelos de gestão

No âmbito do subcomponente 2.2, teve início em março de 2015 o apoio do Arpa à gestão integrada das atividades de proteção de 13 Unidades de Conservação federais localizadas na região da rodovia BR-163, no oeste do Estado do Pará.

Nesse sentido, o Programa deve receber ainda este ano, a solicitação de apoio para gestão integrada, envolvendo UCs estaduais e federais no estado do Acre. A proposta está em fase de elaboração por parte dos órgãos gestores.

Ademais, o Arpa apoia, desde a sua Fase I, o Mosaico do Apuí, que realiza a gestão de 5 (cinco) UCs de forma integrada, de modo a alcançar a consolidação nos Marcos Referenciais do Programa.

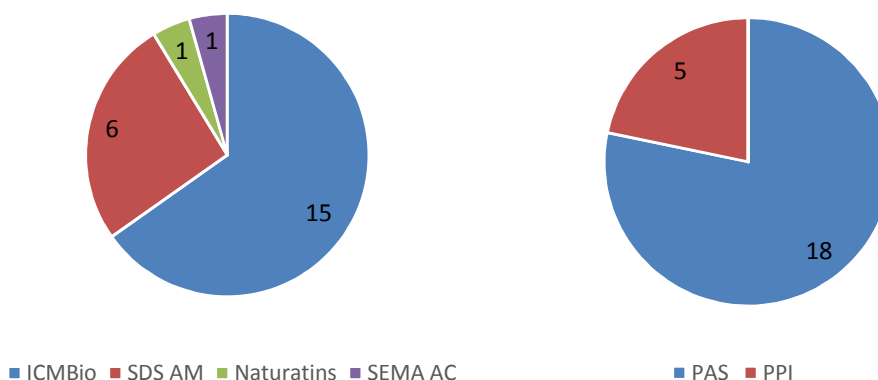
**Indicador 9. Número de projetos de integração com as comunidades apoiadas (componente 2, subcomponente 2.3)**

Meta Global: Apoiar até 30 UC, com um plano de ação por UC

O apoio a projetos de integração com as comunidades é realizado no âmbito do subcomponente 2.3, com projetos denominados “planos de ação” que beneficiam organizações comunitárias e comunidades humanas residentes em Unidades de Conservação (ou no seu entorno) apoiadas pelo Programa, visando à utilização sustentável dos recursos naturais e ao fortalecimento comunitário.

São apoiados dois tipos de planos de ação: Planos de Ação Sustentável (PAS), direcionados para comunidades não-indígenas, e Planos de Ação dos Povos Indígenas (PPI). Por meio dos PPI são contemplados povos indígenas cujos territórios tenham interface com UCs federais e estaduais e que possuam alguma relação com as mesmas.

Ao todo são apoiados 23 planos de ação, a maior parte corresponde ao PAS e ao âmbito federal, conforme demonstrado abaixo:



**Figura 4.** Planos de Ação apoiados, por órgão gestor e por tipo de apoio

Foi realizado em dezembro de 2014, Seminário com propósito de acompanhar a implementação dos planos de ação, em Manaus. Além disso, prevê-se para abril de 2016 realização de oficina de finalização e compilação dos resultados em publicação específica.

**10. Número de indivíduos capacitados na gestão de UCs (componente 2, subcomponente 2.4)**

Meta Global: implementar o Plano Estratégico de Capacitação

O Plano Estratégico de Capacitação foi elaborado em 2014. Suas linhas principais são:

- i) capacitações técnicas em 14 cursos selecionados da grade de cursos do ICMBio, relacionados aos marcos referenciais do Programa;
- ii) fomento a educação à distância (EaD) no Programa Arpa; e
- iii) curso de procedimentos - Arpa, compreendendo introdução ao Programa e instruções quanto às operações do dia-a-dia do Programa, tais como: utilização do sistema Cérebro 2.0, procedimentos para utilização da Conta vinculada, regras para compras, contratações e pedidos de diárias e passagens.

Em relação aos cursos técnicos foram realizados, até o momento, 7 cursos, resultando em 84 capacitações, com apoio do Arpa. Adicionalmente, outros 3 cursos estão com sua realização agendada para o segundo semestre de 2015.

Para fomento à Educação à Distância (EaD) foi contratada empresa que tem atuado na elaboração e adaptação de material acerca de conteúdos técnicos e procedimentais do Arpa.

Por fim, no período deste relatório, foram realizadas 237 capacitações em procedimentos do Arpa, incluindo gestores de unidades de conservação e pontos focais.

**Indicador 11. Volume de recursos financeiros capitalizados para o FAP na Fase II (componente 3, subcomponente 3.1)**

Meta Global: Operacionalizar o FAP, iniciando o apoio à manutenção das UCs consolidadas em grau II. Captar US\$ 70 milhões durante a segunda fase do ARPA.

Após o início da Fase II do Programa ARPA, um conjunto de parceiros iniciou um processo de detalhamento das projeções de custos de consolidação e manutenção das UCs apoiadas pelo Programa ARPA. Os modelos e projeções de custo apontaram para uma indisponibilidade de recursos para a consolidação plena e manutenção de todas as UCs apoiadas pelo Programa ARPA.

Em razão dos resultados do processo mencionado acima, foi criada a Iniciativa ARPA para a Vida formalizada por meio do Memorando de Entendimento firmado durante a Rio+20, em 2012, entre MMA, WWF-BR (representando a rede WWF), Funbio, Linden Trust for Conservation e a Gordon and Betty Moore Foundation. A Iniciativa ARPA para a Vida propôs alterações em relação aos arranjos financeiros para o Programa ARPA e a realização de novos esforços de captação.

Desde então, o Programa adota uma nova estratégia financeira, o Fundo de Transição (fundo de amortização - "sinking fund"), que consiste em um novo mecanismo de financiamento que permite o aumento gradativo do aporte de recursos públicos para a gestão e manejo das UCs no prazo de 25 (vinte e cinco) anos.

Desta maneira, a partir de 2013 os recursos do FAP (fundo fiduciário de capitalização permanente - "endowment fund") foram transferidos para o Fundo de Transição, que conta atualmente com US\$ 65,000,000.00.

## **E) Lições Aprendidas**

Apesar das dificuldades em registrar e incorporar lições aprendidas, em função, principalmente, da instabilidade institucional e da rotatividade de pessoal, importantes avanços e aprendizados merecem ser destacados como forma de promover a melhoria da gestão do conhecimento do Programa.

O esforço de institucionalização promovido pelo Ministério do Meio Ambiente, notadamente com a alocação de servidores efetivos na coordenação do Programa e com o envolvimento das principais lideranças em momentos críticos de negociação do ARPA representa um avanço e um aprendizado importante – por mais que os parceiros privados e a sociedade se envolvam no Programa, pelo fato de ser governamental o envolvimento dos governos é crítico para o seu sucesso.

A iniciativa “ARPA para Vida” que resultou no redesenho da estratégia financeira do ARPA para a Fase III representou outra importante lição aprendida da Fase II. O Programa soube realizar difíceis escolhas relacionadas ao financiamento a longo prazo do conjunto de UCs apoiadas, culminando inclusive com ousadas apostas sobre a responsabilização dos governos federal e estaduais na manutenção do sistema de UCs.

Em relação ao aporte de recursos para a consolidação das UCs apoiadas, o ARPA passou a adotar critérios que impossibilitam o refinanciamento de atividades não executadas. UCs que não conseguiram alcançar os marcos referenciais propostos após



receberem os insumos necessários não poderão mais solicitar novos recursos em outros períodos para alcançá-los. Estas unidades deverão buscar outras fontes para complementar os avanços planejados.

Durante a Fase II do Programa, o Tribunal de Contas da União e os Tribunais de Contas Estaduais da Amazônia realizaram auditoria operacional conjunta nas unidades de conservação da região. Apesar das avaliações não revelarem pontos desconhecidos e nem apresentarem soluções miraculosas, possuíram o mérito de reforçar importantes desafios para a melhoria da gestão das UCs amazônicas e foram elaboradas por legítimos órgãos de controle da administração pública. Desta importante contribuição ao tema depreende-se algumas lições relevantes:

- a. Os problemas de escassez de recursos e pessoal para a gestão de UCs é estrutural e impacta qualquer iniciativa de aprimoramento do funcionamento das unidades de conservação.
- b. Baixo aproveitamento do potencial econômico, social e ambiental;
- c. Inadequação dos planos de manejo como efetivos instrumentos de planejamento e gestão das UCs;
- d. Enorme passivo de regularização fundiária;
- e. Baixa coordenação, articulação e comunicação dos atores envolvidos na gestão das UCs.

Em relação à coordenação e execução operacional do Programa durante a Fase II foi reconhecida a importância do relacionamento produtivo entre as principais instâncias do ARPA (UCP, Funbio e Órgãos executores). A construção de um espaço adequado para o diálogo aberto e transparente entre estas instâncias representa uma oportunidade inequívoca para o alinhamento das posturas e procedimentos e para a formulação de uma comunicação interna uníssona e ampla sobre a execução do Programa.

A comunicação evoluiu bastante na Fase II com a construção e atualização permanente do sítio eletrônico do Programa, embora a comunicação interna mereça uma maior atenção da transição da Fase II para a Fase III em função das mudanças e das novas exigências para os participantes.

Uma lição aprendida importante evidenciada foi o pragmatismo adotado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo ICMBio com a simplificação dos protocolos para o monitoramento da biodiversidade, possibilitando um avanço significativo na implementação do componente.

## **F) Fotos, vídeos, Publicações e outras mídias sobre o projeto**

Ao longo dessa fase II o Arpa produziu uma série de publicações, desde cadernos, panfletos e livros e capítulos em livros.

Foram três livros sobre os temas: (i) Redução das emissões de carbono do desmatamento no Brasil: o papel do Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA); (ii) Um novo caminho para a conservação da Amazônia, com capítulos específicos sobre biodiversidade, desmatamento e mudanças climáticas, gestão financeira e operacional e efetividade de gestão, lançado em 2012; (iii) Quanto custa o programa Áreas Protegidas da Amazônia? Uma modelagem financeira para as Unidades de Conservação do Arpa, também lançado em 2012.

Ademais, foi lançado um capítulo sobre o tema O Programa Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA): um novo modelo e paradigma para a conservação da biodiversidade, no livro Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da natureza: lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro, lançado em 2011.

Entre 2010 e 2012 foram lançadas, as edições 5 e 6 da série de cadernos Arpa, sobre os temas: Lições Aprendidas sobre a Organização para a Elaboração de Planos de Manejo de Unidades de Conservação e Aprendizados para Aprimorar a Prática - A Experiência da Comunidade de Ensino e Aprendizagem em Planejamento de Unidades de Conservação.

Em 2014 o Arpa organizou uma publicação de apresentação, abordando o histórico e as três fases do Programa. Esse documento foi produzido em português e inglês e distribuído no Congresso Mundial de Parques, em Sydney na Austrália.

Adicionalmente, nesse período foram realizadas 5 entrevistas e coletados 5 depoimentos, todos publicados no sítio eletrônico do Programa Arpa.

No âmbito do monitoramento da biodiversidade (inserido no Subcomponente 4.4), foram produzidos os seguintes documentos:

- a) Monitoramento in situ da Biodiversidade – uma proposta para a composição de um sistema nacional de monitoramento da biodiversidade
- b) Guias de procedimento para amostragem de mamíferos\_e\_aves, plantas lenhosas e borboletas frugívoras
- c) Guias de identificação de tribos de borboletas frugívoras – Amazonia, Cerrado, Mata\_Atlantica\_Norte e Sul
- d) Guias de identificação de mamíferos e aves (no prelo)
- e) Monitoramento da biodiversidade – Roteiro metodológico de aplicação

- f) Monitoramento da Biodiversidade - Estrutura pedagógica do ciclo de capacitação (no prelo)
- g) Vídeos:
  - Protocolo de coleta de dados de mamíferos e aves
  - Protocolo de coleta de dados de plantas lenhosas
  - Protocolo de coleta de dados de borboletas frugívoras

**G) Síntese da avaliação do projeto**

<b>Pontue os quesitos abaixo segundo uma escala de notas inteiras de 1 a 4, sendo 1 a avaliação mais negativa e 4 a mais favorável (ou informe NA, se não aplicável)</b>	
(a) Cumprimento do cronograma previsto para a execução das atividades do projeto	<b>3</b>
(b) Nível de cooperação com outros parceiros relevantes durante a execução do projeto	<b>4</b>
(c) Qualidade da gestão dos recursos financeiros do projeto	<b>4</b>
(d) Qualidade dos produtos e serviços entregues pelo projeto	<b>4</b>
(e) Cumprimento das metas previstas no Plano de Monitoramento (Quadro Lógico) e alcance dos impactos esperados com o projeto *	<b>3</b>
(f) Capacidade de o projeto continuar gerando os resultados obtidos sem apoio externo adicional (sustentabilidade)	<b>4</b>

**H) Avaliação de relacionamento com o BNDES**

<b>Pontue os quesitos abaixo segundo uma escala de notas inteiras de 1 a 4, sendo 1 a avaliação mais negativa e 4 a mais favorável (ou informe NA, se não aplicável)</b>	
(a) Facilidade no preenchimento da Consulta Prévia e interação com o BNDES na fase de enquadramento do projeto	<b>4</b>
(b) Interação com o BNDES na fase de análise e contratação do projeto	<b>4</b>
(c) Interação com o BNDES na fase de acompanhamento da execução do projeto e avaliação de seus resultados	<b>4</b>

O Projeto Arpa II foi um dos primeiros aprovados pelo Fundo Amazônia. Esta aprovação ocorreu em um período curto de tempo, mas após uma interação intensa com a equipe do BNDES. Naquele momento a equipe não era uma conhecedora profunda do cenário da conservação na Amazônia, mas se mostrou muito motivada a aprender e entender como esse cenário se desenvolveu e suas questões inerentes, e fez isso de forma qualificada. Durante a execução do projeto foi possível perceber o crescimento destes entendimentos por parte da equipe do BNDES de forma muito clara. Além disso, durante a execução do projeto a relação sempre se deu em bases muito profissionais, com rapidez e proatividade para superar quaisquer obstáculos encontrados no projeto.

Anexo I

Recursos executados entre julho de 2010 e abril de 2015, por Unidade de Conservação.

Unidades de Conservação	Consolidação territorial	Integração com entorno e participação comunitária	Operacionalização/ custos recorrentes	Operacionalização/ investimentos (instalações e equipamentos)	Pesquisa e monitoramento	Plano de manejo	Proteção e manejo	Total Geral
ESEC Antônio Mujica Nava - Serra dos Três Irmãos	-	51.066,24	52.512,28	-	-	-	88.605,63	192.184,15
Esec da Terra do Meio	20.762,39	260.525,94	74.934,99	21.316,00	46.816,44	-	111.683,78	536.039,54
Esec de Maracá	20.691,53	37.234,46	24.349,43	202.378,21	4.204,10	-	17.874,37	306.732,10
ESEC de Maracá Jipioca	3.800,00	7.578,60	23.804,46	520	-	3.888,09	10.222,67	49.813,82
ESEC de Niquiá	-	2.507,01	23.998,32	84.280,73	-	12.863,41	37.813,80	161.463,27
ESEC do Grão Pará	21.500,00	27.141,09	1.126,87	4.584,20	-	-	1.537,71	55.889,87
ESEC do Jari	1.510,12	12.683,59	13.823,40	29.418,00	-	-	6.504,16	63.939,27
Esec do Rio Ronuro	-	1.764,00	-	117.973,15	-	-	-	119.737,15
ESEC do Rio Roosevelt	-	-	130.185,08	-	-	2.757,12	-	132.942,20
ESEC Juami Japurá	-	4.829,55	44.041,07	75.080,46	9.681,20	-	56.036,98	189.669,26

Unidades de Conservação	Consolidação territorial	Integração com entorno e participação comunitária	Operacionalização/custos recorrentes	Operacionalização/ investimentos (instalações e equipamentos)	Pesquisa e monitoramento	Plano de manejo	Proteção e manejo	Total Geral
ESEC Rio Acre	-	-	24.854,78	225.125,88	17.713,88	-	2.748,56	270.443,10
Mosaico do Apuí	13.322,09	50.421,51	71.753,20	78.969,00	-	-	44.937,87	259.403,67
PARNA da Serra da Cutia	4.865,76	21.249,99	69.219,20	52.116,53	-	-	20.171,98	167.623,46
PARNA da Serra do Divisor	6.200,00	31.948,26	82.514,52	16.770,00	-	-	159.045,71	296.478,49
PARNA da Serra do Pardo	-	81.804,71	39.117,75	7.023,90	-	-	55.198,95	183.145,31
PARNA de Anavilhanas	-	44.833,15	168.539,09	171.801,61	7.022,64	3.000,00	48.401,32	443.597,81
PARNA do Cabo Orange	-	32.238,22	128.491,76	6.278,46	15.325,43	-	103.992,59	286.326,46
PARNA do Jamanxim	-	-	7.416,49	-	-	-	-	7.416,49
PARNA do Jaú	7.993,20	82.658,98	131.693,09	19.465,25	44.074,80	-	11.998,42	297.883,74
PARNA do Juruena	13.961,43	290.149,35	34.229,75	47.549,23	-	-	74.353,51	460.243,27
PARNA do Rio Novo	-	2.378,48	539,33	25.282,75	-	416,84	39.750,00	68.367,40
PARNA dos Campos Amazonicos	29.982,17	79.741,72	69.877,63	39.945,24	36.568,15	-	116.958,12	373.073,03
PARNA Montanhas do Tumucumaque	-	43.209,97	47.548,02	7.384,49	16.592,84	-	47.351,16	162.086,48

Unidades de Conservação	Consolidação territorial	Integração com entorno e participação comunitária	Operacionalização/custos recorrentes	Operacionalização/ investimentos (instalações e equipamentos)	Pesquisa e monitoramento	Plano de manejo	Proteção e manejo	Total Geral
PARNA Nascentes do Lago Jari	-	19.360,34	13.430,89	51.452,44	-	15.317,98	14.144,60	113.706,25
PARNA Serra da Mocidade	-	5.381,75	5.782,99	79.349,23	-	3.896,45	27.918,06	122.328,48
PARNA Viruá	5.670,00	144.384,84	56.819,70	19.038,63	8.081,44	8.472,00	138.983,20	381.449,81
PE Chandless	16.871,80	11.162,96	29.370,58	217.205,30	56.894,61	-	47.004,08	378.509,33
PE Cristalino I e II	-	3.815,23	-	17.706,97	-	-	-	21.522,20
PE da Serra dos Martírios/Andorinhas	-	-	-	143.364,90	-	-	-	143.364,90
PE de Corumbiara	2.546,60	15.473,11	93.852,33	137,91	1.200,00	-	95.940,89	209.150,84
PE de Guajará Mirim	-	26.416,89	60.676,37	-	-	8.975,43	92.843,75	188.912,44
PE do Xingu	-	3.621,28	9.596,00	58.663,67	-	-	58.860,91	130.741,86
*PE do Cantão	3.547,84	300	17.863,40	-	6.950,46	-	22.279,39	50.941,09
PE do Matupiri	-	15.420,05	19.510,11	41.638,87	-	139.676,53	200,35	216.445,91
PE Igarapés do Juruena	9.999,95	425	-	2.500,00	-	-	3.062,05	15.987,00
PE Rio Negro - Setor Norte	-	64.552,93	36.273,84	1.112,00	10.889,78	-	23.291,45	136.120,00

Unidades de Conservação	Consolidação territorial	Integração com entorno e participação comunitária	Operacionalização/custos recorrentes	Operacionalização/ investimentos (instalações e equipamentos)	Pesquisa e monitoramento	Plano de manejo	Proteção e manejo	Total Geral
PE Rio Negro - Setor Sul	-	20.730,03	27.313,33	39.895,10	-	-	17.989,85	105.928,31
PE SERRA RICARDO FRANCO	-	-	-	32.213,67	-	-	-	32.213,67
RDS Amanã	-	954	16.298,11	93.663,40	-	220	3.559,00	114.694,51
RDS Cujubim	12.719,50	20.542,63	8.945,64	9.366,13	11.540,00	-	915,5	64.029,40
RDS do Juma	8.917,50	9.550,00	13.768,00	-	-	-	34.333,59	66.569,09
RDS do Rio Iratapuru	25.099,40	4.737,59	3.310,79	4.764,28	-	-	300	38.212,06
RDS do Rio Madeira	-	18.386,58	17.008,41	-	-	4.832,00	5.555,63	45.782,62
RDS do Rio Negro	-	2.228,00	12.093,45	84.722,30	-	1.606,00	21.032,43	121.682,18
RDS do Uatumã	-	16.522,16	19.127,63	44.019,14	-	-	7.226,40	86.895,33
RDS Igapó Açú	-	13.248,48	23.155,47	-	-	59.983,78	16.471,60	112.859,33
RDS Itatupã-Baquiá	-	41.247,37	72.962,40	40.418,40	-	14.985,80	58.971,00	228.584,97
RDS Piagaçu Purus	-	66.869,68	54.630,17	-	-	3.300,00	45.531,66	170.331,51
RDS Rio Amapá	-	21.145,57	22.715,84	400	-	-	25.297,83	69.559,24



Unidades de Conservação	Consolidação territorial	Integração com entorno e participação comunitária	Operacionalização/custos recorrentes	Operacionalização/ investimentos (instalações e equipamentos)	Pesquisa e monitoramento	Plano de manejo	Proteção e manejo	Total Geral
RDS Uacari	2.022,48	46.606,66	85.542,44	1.092,50	73.676,77	-	27.510,32	236.451,17
REBIO de Maicuru	19.500,00	28.699,12	703	74.573,46	-	-	2.011,87	125.487,45
REBIO do Gurupi	-	30.568,14	50.744,45	185.136,52	161,53	3.744,73	38.475,88	308.831,25
REBIO do Jarú	4.118,11	24.343,78	96.294,70	26.943,77	26.717,22	-	180.041,89	358.459,47
REBIO do Lago Piratuba	10.977,72	46.926,76	75.797,18	28.910,42	15.526,82	-	142.824,69	320.963,59
REBIO do Rio Trombetas	-	43.054,62	82.907,63	48.074,44	42.257,06	-	109.611,67	325.905,42
REBIO do Tapirapé	70.483,34	13.794,35	63.781,62	-	478,05	-	39.710,17	188.247,53
REBIO do Uatumã	5.100,00	28.002,56	99.997,90	-	29.367,06	-	87.093,80	249.561,32
RESEX Alto Tarauacá	-	47.014,56	37.208,99	12.683,00	-	-	71.624,05	168.530,60
RESEX Arapixi	-	22.056,92	12.722,30	7.675,00	-	-	21.118,88	63.573,10
RESEX Arióca Pruanã	4.302,56	189.943,38	28.447,91	87.356,98	-	1.568,81	23.406,11	335.025,75
RESEX Auati-Paraná	9.884,00	52.522,94	21.739,34	76.195,96	4.446,19	-	141.881,43	306.669,86
RESEX Baixo Juruá	9.636,00	66.629,84	37.897,57	42.455,59	53.253,90	-	62.629,16	272.502,06

Unidades de Conservação	Consolidação territorial	Integração com entorno e participação comunitária	Operacionalização/custos recorrentes	Operacionalização/ investimentos (instalações e equipamentos)	Pesquisa e monitoramento	Plano de manejo	Proteção e manejo	Total Geral
RESEX Barreiro das Antas	2.792,24	3.074,01	42.432,45	21.975,60	-	647,2	8.334,81	79.256,31
RESEX Canutama	900	18.550,30	18.886,44	105.393,08	-	19.286,00	40.786,70	203.802,52
RESEX Catuá Ipixuna	7.990,31	22.294,15	41.587,66	98.768,98	-	-	31.289,59	201.930,69
RESEX Cazumbá-Iracema	13.244,10	29.983,41	101.146,31	29.730,70	20.914,78	4.308,00	25.623,83	224.951,13
RESEX Chico Mendes	-	16.505,69	37.488,88	3.349,36	4.377,02	-	33.148,94	94.869,89
RESEX de Cururupu	-	12.361,84	16.906,34	134.268,30	-	9.836,78	1.500,90	174.874,16
RESEX do Lago do Capanã Grande	-	19.495,40	29.671,68	34.061,19	13.437,49	1.017,07	59.433,12	157.115,95
RESEX do Médio Purus/Lábrea	4.000,00	8.840,00	20.392,70	10.915,00	-	22.124,52	14.994,00	81.266,22
RESEX do Rio Cautário	288,5	27.606,15	16.792,43	95.086,00	-	-	49.315,30	189.088,38
RESEX do Rio Gregório	15.536,50	54.217,18	36.429,56	31.678,00	-	-	21.142,45	159.003,69
RESEX Estadual Rio Cautário	-	2.363,74	10.790,01	45.823,60	-	1.246,60	18.761,31	78.985,26
RESEX Guariba Roosevelt	-	-	-	15.666,67	-	-	-	15.666,67
RESEX Ipaú Anilzinho	-	51.929,77	26.897,92	13.136,91	-	1.100,39	14.743,77	107.808,76

Unidades de Conservação	Consolidação territorial	Integração com entorno e participação comunitária	Operacionalização/custos recorrentes	Operacionalização/ investimentos (instalações e equipamentos)	Pesquisa e monitoramento	Plano de manejo	Proteção e manejo	Total Geral
RESEX Mapuá	-	15.911,52	46.182,59	600	-	-	68.954,80	131.648,91
RESEX Maracanã	5.613,31	2.305,33	12.949,23	22.344,77	-	32.663,96	23.842,60	99.719,20
RESEX Médio Juruá	4.300,00	1.550,00	13.977,79	2.700,00	-	-	4.491,00	27.018,79
RESEX Renascer	-	27.820,76	4.363,75	-	-	24.071,17	-	56.255,68
RESEX Rio Cajari	-	-	4.491,29	6.999,30	2.000,70	-	14.169,00	27.660,29
RESEX Rio Iriri	-	53.894,71	31.269,96	100	2.481,08	-	49.799,99	137.545,74
RESEX Rio Ituxi	-	250	11.653,05	954	-	10.009,04	15.178,00	38.044,09
RESEX Rio Jutai	-	39.611,03	19.598,52	9.400,00	-	-	73.882,96	142.492,51
RESEX Rio Ouro Preto	-	2.020,00	5.475,00	-	-	2.845,50	-	10.340,50
RESEX Rio Preto Jacundá	-	-	27,5	216.593,56	-	2.251,45	-	218.872,51
RESEX Rio Unini	6.803,97	52.741,53	81.334,36	3.174,32	-	-	66.952,04	211.006,22
RESEX Rio Xingu	12.450,84	60.787,43	66.742,38	582,35	-	9.269,12	63.383,50	213.215,62
RESEX Riozinho da Liberdade	20.203,00	20.197,00	33.281,87	11.650,00	-	3.031,72	19.668,47	108.032,06

Unidades de Conservação	Consolidação territorial	Integração com entorno e participação comunitária	Operacionalização/custos recorrentes	Operacionalização/ investimentos (instalações e equipamentos)	Pesquisa e monitoramento	Plano de manejo	Proteção e manejo	Total Geral
RESEX Riozinho do Anfrísio	500	50.167,05	31.492,43	547	4.260,93	-	33.176,36	120.143,77
RESEX Terra Grande Pracuúba	195,27	155.809,42	25.666,77	3.085,42	-	21.921,22	10.297,88	216.975,98
RESEX Verde Para Sempre	8.450,00	37.366,43	23.501,25	-	-	-	24.120,61	93.438,29
<b>Total Geral</b>	<b>469.253,53</b>	<b>3.140.258,77</b>	<b>3.404.291,11</b>	<b>3.724.577,18</b>	<b>586.912,37</b>	<b>455.134,71</b>	<b>3.551.832,36</b>	<b>15.332.260,03</b>

\* Conforme carta 478/2014 de 01/09/2014, o valor das despesas realizadas ao PE Cantão no valor de R\$50.941,09 serão consideradas como contrapartida do Funbio.

## Anexo II

### Situação das unidades em consolidação Grau II, em relação a publicação do Plano de Manejo

Unidades em Grau II de Consolidação	Publicação Plano de Manejo	Ano
ESEC DA TERRA DO MEIO	Não possui	-
PN DE ANAVILHANAS	Portaria nº 161, de 24/12/2002)	2002
Resex Rio Xingu		2012
ESEC RIO ACRE	PORTARIA N 66, DE 27 DE AGOSTO DE 2010	2010
ESEC JUAMI-JAPURÁ	Portaria nº162 de 24 de dezembro de 2002.	2002
PN DA SERRA DO PARDO		2015
PN DO CABO ORANGE	Portaria nº 06, de 18/01/2011	2011
PN DO JAÚ	Decreto Nº 163 24/12/2002	2002
PN VIRUÁ	Portaria 47 de 17 de abril de 2014 (D. O. 22/04/2014)	2014
PN MONTANHAS DO TUMUCUMAQUE	Portaria no 28 de 10/03/2010	2010
REBIO DO GURUPI	Nº 167 24/12/2002	2002
REBIO DO JARU	Portaria nº 26, de 11/03/2010	2010
REBIO DO LAGO PIRATUBA	Não possui	-
REBIO DO RIO TROMBETAS	Nº 80 10/09/2004	2004
REBIO DO TAPIRAPÉ	Portaria nº 022, de 11/03/2010	2010
REBIO DO UATUMÁ	Portaria 168, de 24/12/2002)	2002
RESEX AUATÍ-PARANÁ	Port.No.116 de 30/10/2012 (D.O.U. em 31/10/2012)	2012
RESEX CHICO MENDES	Portaria Nº 60 28/08/2008	2008
RESEX BAIXO JURUÁ	Portaria nº 89, de 17/11/2009	2009
RESEX CAZUMBÁ-IRACEMA	Portaria Nº 56 28/08/2008	2008
RESEX DO LAGO DO CAPANÃ GRANDE	Potaria No. 226 de 12/09/2013	2013
RESEX RIO OURO PRETO	Portaria Nº 87 21/08/2014	2014
RESEX RIOZINHO DO ANFRÍSIO	Portaria nº 43, de 29 de junho de 2011	2011
RESEX VERDE PARA SEMPRE	Não possui	-
PN DO JAMANXIM	Não possui	-
RESEX RIO IRIRI	PORTARIA N 9, DE 2 DE FEVEREIRO DE 2011	2011
PN DOS CAMPOS AMAZÔNICOS	Portaria ICMBio nº 39 de 16/06/2011	2011
PE IGARAPÉS DO JURUENA	Portaria 010 de 13/02/2007	2007
PE DE GUAJARÁ-MIRIM	Não possui	-

PE CHANDLESS	Portaria SEMA nº 46, de 10/05/2011 (DOE nº 10548 de 16/05/2011)	2011
RDS CUJUBIM	Portaria do plano de gestão nº 049/2009 de 13/03/2009.	2009
RDS UACARÍ	Portaria: Junho de 2008 N° 064-2008	2008
RESEX CATUÁ-IPIXUNA	Portaria/SDS/nº 210/2010 de 13 de setembro de 2010.	2010
PE RIO NEGRO SETOR NORTE	Portaria do plano de gestão nº 028/2009 de 02/03/2009	2009
PE DO CANTÃO		2001
PE DE CORUMBIARA	Portaria 154, 16 de setembro de 2010	2010
ESEC DE MARACÁ	Não possui	2015
PE CRISTALINO	Publicado em 19/03/2010, na Portaria da SEMA-MT nº 031.	2010